

A PROTO-HISTÓRIA DO NOROESTE PORTUGUÊS: BREVE BALANÇO DOS CONHECIMENTOS

MANUELA MARTINS
Professora Auxiliar da U.M.
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

Introdução

A Proto-História da região norte-ocidental da Península Ibérica é conhecida especialmente pela existência de numerosos povoados, localizados em relevos proeminentes, com vários recintos fortificados. Estes povoados, designados habitualmente por castros, começaram a ser escavados em finais do séc. XIX¹, facto que permitiu a acumulação de um importante acervo documental. No entanto, os aspectos relacionados com a vida económica, social e política destas comunidades têm sido valorizados basicamente a partir dos relatos escritos de alguns autores da antiguidade, que se referiram a esta região². A epigrafia latina constitui ainda uma fonte importante para a reconstituição da estrutura socio-política e religiosa das populações que habitaram o NO, anteriormente à conquista romana³.

Concebidos inicialmente como uma manifestação de povoamento inserível na 2.^a Idade do Ferro europeia, com forte tradição post-hallstática⁴, perceptível na metalurgia e ourivesaria, os castros do NO são ainda hoje englobados numa única área cultural, a «Cultura dos castros»⁵, ou «Cultura castreja», como é mais frequentemente designada⁶.

No entanto, mau grado a diversidade das fontes disponíveis, os conhecimentos relativos à Proto-História da região do NO são ainda bastante limitados. A longa ocupação dos povoados dificulta o estabelecimento de sequências culturais válidas para amplas regiões; a raridade de objectos metálicos e de importação, impede a fixação de cronologias finas; a difícil conservação dos vestígios

orgânicos não favorece a reconstituição da vida económica. Conhecem-se bem algumas manifestações da cultura material destas comunidades, como a ourivesaria, a metalurgia, ou a estatuária⁷. Por isso, estes aspectos, assim como as muralhas e as habitações circulares de pedra, que caracterizam a organização destes habitats, foram particularmente valorizados na divulgação de uma área cultural, que tem, ainda hoje, nas grandes citânias de Briteiros e Sanfins os seus expoentes mais elaborados.

A investigação dos últimos anos favoreceu uma renovação dos conhecimentos, resultante, quer de métodos de trabalho de campo mais rigorosos, quer da generalização de datações absolutas que permitiram precisar a cronologia de alguns períodos, até então mal definidos. A sistematização das principais etapas de desenvolvimento dos povoados, o estudo tipológico dos materiais e a tentativa de reconstituir o quadro étnico, económico e social destas comunidades, representam algumas das linhas de força dos trabalhos mais recentes⁸. Simultaneamente, registou-se um maior ênfase nos estudos de carácter regional, que têm vindo a revelar a existência de importantes sub-áreas culturais⁹.

4 Reconhece-se actualmente que a imagem vulgarizada dos castros do Noroeste Peninsular, que assinala povoados estruturados com vários recintos defensivos, no interior dos quais se desenvolvem casas de pedra, de planta circular, ou oval, com ou sem vestíbulo, corresponde de facto a uma realidade tardia na evolução cultural da região, que não será anterior ao último século a.C. Mas muitos deste povoados haviam sido ocupados ao longo de vários séculos antes de desenvolverem essas características. No entanto, o estudo sistemático dessa ocupação mais antiga deu apenas os primeiros passos.

Tudo indica que os castros não devem ser olhados sob um critério de uniformidade cultural, devendo ser interpretados preferencialmente como um tipo de habitat, que poderá comportar acentuadas discrepâncias culturais e cronológicas, nas diferentes áreas do NO peninsular. Como espaço residencial eles sofrem consideráveis remodelações, vindo suceder vários tipos de muralhas e de habitações, que só na última fase serão generalizadamente de pedra. Mas eles representam também uma estrutura de povoamento ligada à ocupação e exploração sistemática das principais bacias fluviais da região, razão porque deveriam ocupar um lugar de destaque no estudo da evolução da paisagem do NO.

QUADRO CRONOLÓGICO

As escavações realizadas nos últimos 15 anos vieram demonstrar que a origem de muitos povoados fortificados remonta aos finais da Idade do Bronze. Esta ampliação cronológica permitiu a formulação de novas propostas para a evolução dos castros¹⁰. Elas aceitam, genericamente, a existência de uma 1.ª Fase de desenvolvimento, reconhecida apenas nalguns povoados com ocupação anterior ao século V aC¹¹. Alguns autores subdividem esta fase em dois períodos (Ia e Ib), sendo o primeiro anterior ao séc. VII aC., altura em que o fim dos corredores de circulação atlânticos teriam conduzido a uma maior influência mediterrânica, demonstrada e datada pela presença de objectos metálicos e de jóias dessa proveniência e inspiração¹².

O suporte cronológico para esta Fase I é fornecido por algumas datas de C 14, referentes ainda a um reduzido número de povoados¹³. É assim possível situar o início desta fase nos sécs. XI/XaC, uma vez que as datas disponíveis mais antigas se referem, quer a níveis de ocupação, quer à instalação das primeiras estruturas defensivas nos povoados. A presença em muitas outras estações de cerâmicas e de artefactos de bronze, conotados com o Bronze Final Atlântico, permite considerar que a ocupação de locais fortificados seria já então significativa. Contudo, não se dispõe ainda, nem de escavações suficientes, nem de datas de C 14 em número satisfatório para traçar um quadro cronológico minucioso para esta fase.

O início da Fase II é habitualmente situado por volta do séc. V aC., altura em que o NO teria conhecido, segundo alguns autores, a imigração de Túrdulos e Célticos¹⁴. A imprecisão cronológica de uma possível imigração naquele período e as dificuldades em a demonstrar arqueologicamente justificam que se articule o início desta fase com o aparecimento do ferro na região. No entanto, este demonstrar arqueologicamente justificam que se articule o início desta fase com o aparecimento do ferro na região. No entanto, este é apenas conhecido a partir de um número bastante restricto de objectos, como os punhais de antenas, que aparecem na zona da Galiza e Astúrias¹⁴. A escassez de utensílios de ferro anteriormente ao séc. II aC, na grande maioria dos povoados escavados, constitui de resto um dos principais óbices à formulação de uma cronologia mais rigorosa para o desenvolvimento desta fase. A inexistência de datações absolutas e o generalizado empobrecimento da cultura material, bem evidente em meados do I.º milénio aC, tornam por isso o marco do séc. V aC apenas hipotético, em termos de definição do início da Fase II.

O fim desta fase e o início da Fase III poderão situar-se com alguma precisão entre finais do séc. II e inícios do I aC. Alguns autores vão mais longe ao considerar que a Fase II termina em 138-136 aC, com a campanha de *D. Junius Brutus*, momento a partir do qual a região mais meridional do NO entrará na órbita do mundo romano¹⁶. A partir de então a cultura material altera-se, acelerando-se o desenvolvimento tecnológico e económico dos povoados, que parecem emergir de um longo período de obscurantismo cultural. Ao longo de todo o séc. I aC e ainda durante a 1.ª metade do séc. I da nossa era, os povoados registam um crescimento sem precedentes, materializado numa imponente arquitectura em pedra. Esta última fase constitui o período melhor conhecido e datado da vida dos castros, dada a presença agora mais significativa, de materiais importados e de moedas, que assinalam a abertura do NO a correntes comerciais mais intensas com o Sul da Península e com o Mediterrâneo¹⁷.

A política dos Flávios em relação ao NO conduzirá a uma rápida integração e aculturação das populações indígenas. No entanto, muitos povoados irão sobreviver até momentos avançados dos tempos históricos.

6 A cronologia de ocupação dos povoados fortificados do I.º milénio aC é ainda imprecisa, sendo de salientar que muitas das subdivisões estabelecidas são puramente convencionais. Com efeito, a investigação mais recente veio demonstrar que a ocupação destes povoados não é uniforme. Se muitos se instalam no Bronze Final e revelam uma longa sequência de ocupação, a maioria parece ter a sua origem por volta do séc. V aC, enquanto outros datarão apenas dos sécs. II e I aC. A fundação de povoados fortificados é ainda uma constante nos primeiros tempos do Império, sendo igualmente de destacar alguns cuja cronologia é já Baixo-imperial.

A EVOLUÇÃO CULTURAL

Os inícios do I.º milénio aC assinalam o aparecimento dos primeiros povoados fortificados na região do NO peninsular, num contexto que corresponde ao pleno florescimento da metalurgia do bronze. Os povoados ocupam então locais eminentemente estratégicos, com boas condições de defesa natural, dominando visualmente as bacias fluviais dos principais rios. Embora os dados disponíveis sejam ainda escassos, é de supor que ocupariam áreas relativamente restrictas, que não ultrapassariam, nalguns casos, os 600m²¹⁸. Simultaneamente encontramos na mesma região povoados com características bem diferentes. Trata-se de povoados aber-

tos, sem delimitação espacial evidente, com estruturas percíveis e larga quantidade de fossos. Estes habitats, situados quase sempre em zonas de montanha, têm revelado uma feição predominantemente agrícola¹⁹.

A emergência de uma nova modalidade de povoamento, dominada por preocupações estratégicas e defensivas, em pleno contexto do Bronze Final Atlântico, parece articular-se com uma crescente complexidade das comunidades em termos sociais e económicos, que terá conduzido à necessidade de delimitar mais eficientemente o espaço do habitat. No entanto, a estrutura do povoamento emergente parece articular-se também com uma alteração das estratégias de subsistência. Os povoados ocupam agora, generalizadamente, a bordadura dos vales, implantando-se em locais donde seria possível controlar ecologias diversificadas, mas com maior apetência pastoril do que agrícola.

Alguns povoados têm revelado a existência de objectos de bronze, bem como de produtos ligados ao trabalho dos metais. Todavia, desconhecemos se a importante produção metalúrgica do Bronze Final do NO estaria organizada a partir destes pequenos habitats, ou se existiriam, já então, centros especializados, mais orientados para a exportação.

O quadro da cultura material destes povoados parece ainda largamente condicionado por actividades de subsistência. A cerâmica é local e relativamente diversificada nas formas. Os fabricos mais grosseiros caracterizam sobretudo formas de cozinha e grandes peças de armazenagem. Um fabrico mais cuidado, com pastas finas e bons acabamentos, é mais característico de peças pequenas, ligadas sobretudo a hábitos de mesa. A presença significativa de pesos de tear indica que a tecelagem era uma importante actividade na vida destas comunidades²¹.

As estruturas defensivas deste período são bastante heterogéneas. Alguns povoados registam muralhas de pedra, enquanto que outros possuem simples taludes de terra e pedras, associados a fossos. As habitações são também diversificadas, pois embora domine a planta circular ou oval, encontramos desde simples cabanas de materiais percíveis a construções com paredes de pedra.

A partir do séc. VII aC o registo arqueológico torna-se mais impreciso. Alguns povoados são abandonados, enquanto que outros subsistem, revelando todavia um considerável empobrecimento da cultura material e uma modificação da cerâmica. É de supor, a partir de então, um generalizado abandono de áreas de montanha e uma maior procura de locais com boas condições de defesa e visibilidade, sobretudo nas bordaduras dos grandes vales

fluviais²².

A franja costeira parece conhecer por essa altura contactos mais intensos com o Mediterrâneo, que persistirão nos sécs. V/IV aC. Tais contactos estão patentes nas técnicas de algumas jóias e por alguns objectos de metal dessa proveniência²³. No entanto, os materiais púnicos e gregos são ainda pouco significativos, aparecendo apenas nalguns povoados litorais da costa portuguesa e galega. Eles indicam mais a ocorrência de expedições prospectivas do que a existência de um comércio regular e consequente com o Mediterrâneo.

Aparentemente estamos perante comunidades que exerciam um controlo rigoroso sobre os recursos alimentares, que embora potencialmente variados (caça, pesca, recolção, pastorícia), eram demasiado homogéneos e/ou limitados para favorecer grandes trocas entre regiões, ou uma acumulação perceptível de riqueza. Se assim fosse estaria justificada a semelhança dos objectos, particularmente da cerâmica e também a relativa pobreza da vida material deste período.

8 A ausência de metal, a raridade de materiais exógenos e uma cerâmica de feição local, com um repertório de formas bastante limitado, são indicadores de uma considerável autarquia na vida destas comunidades, em meados do I.º milénio aC. Também uma restrição das actividades artesanais e uma maior importância dada à recolção e à pastorícia na alimentação, são aspectos de destacar no registo arqueológico deste período. No entanto, permanecem ainda sem explicação plausível as razões que justificam uma alteração tão evidente da cultura material e da economia deste período, em relação à Fase I.

A ocupação dos povoados entre os sécs. VII/VI-IIaC evidencia contudo preocupações defensivas dominantes, traduzidas na construção de muralhas de pedra, ou de terra e pedra. A cerâmica é bastante homogénea em termos técnicos e estilísticos, ao nível de amplas regiões, sugerindo uma forte interacção entre os povoados. A ausência quase sistemática de mós parece indicar a reduzida importância da componente agrícola na dieta alimentar desse período.

Este quadro mantêm-se basicamente até ao séc. II aC, altura em que numerosos povoados vão conhecer um considerável desenvolvimento, que traduz uma maior interacção entre as comunidades. Estas parecem agora estruturadas em quadros socio-políticos de âmbito regional e inter-regional. É provável que este fenómeno esteja relacionado com os episódios que acompanham a integração do NO no mundo romano, na sequência da expedição de D.

Junius Brutus (138-136 aC). No entanto, será de assinalar a ausência de um processo evolutivo único em todo o NO. As regiões mais meridionais e ocidentais conhecerão na Fase III uma dinâmica própria, desconhecida em regiões mais interiores, ou setentrionais, como a Galiza, ou as Astúrias.

A precoce pacificação do território correspondente à província portuguesa do Minho terá certamente favorecido o florescimento económico da região e uma crescente complexificação social, bem evidentes nos finais do I.º milénio aC. Datam desse período o desenvolvimento da metalurgia, o aparecimento do torno de oleiro, que afecta a produção da cerâmica e a introdução da mó circular. São igualmente generalizados novos sistemas de trabalhar a pedra, visíveis nas muralhas e habitações desse período. Estas estruturas apresentam agora paredes lisas, organizadas com aparelho pétreo poligonal, sendo as pedras bem faceadas com pico de ferro²⁴.

O desenvolvimento desta fase, acompanhado de importantes inovações tecnológicas e por uma ampliação das actividades económicas, aparece bem demonstrado no crescimento urbano dos povoados e na ampliação e remodelação dos circuitos de muralhas. Estas atingem agora a sua máxima extensão e por vezes um indiscutível aparato, mais justificável por razões de prestígio do que por uma efectiva necessidade de defesa. Também a reestruturação das áreas residenciais, organizadas por vezes em bairros, dentro dos quais encontramos casas, com ou sem vestíbulo e estruturas de armazenamento, ladeadas por pátios lageados, traduz a complexificação da vida económica e social dos povoados; esta faz-se acompanhar por uma delimitação mais rigorosa dos espaços domésticos e, aparentemente, por uma definição espacial, mais evidente, da organização familiar dos seus habitantes.

Datará talvez deste período a estruturação de alguns povoados segundo um modelo ortogonal, com ruas e quarteirões residenciais, correspondentes a núcleos familiares, numa organização de tipo proto-urbano²⁵.

O desenvolvimento referido, que caracterizará o período decorrente entre finais do séc. II aC. e meados do séc. I da nossa era, embora extensível a uma vasta área do Norte de Portugal, parece afectar particularmente os povoados que ocupam as posições geo-estratégicas mais importantes dos vales fluviais. Aparentemente são os povoados mais antigos, regra geral remontando ao Bronze Final, que vão conhecer uma considerável renovação, acompanhada por um aumento populacional. Simultaneamente testemunhamos o aparecimento de um número significativo de pequenos povoados fortificados que ocupam as zonas baixas dos vales. Estes,

embora situados na periferia, ou fora dos territórios de exploração de povoados mais antigos, parecem articular-se numa estrutura de povoamento hierarquizada, embora ainda dificilmente compreensível.

Será contudo possível admitir que os pequenos povoados de vale²⁶, representando uma espécie de núcleos de produção especializados, estivessem dependentes de outros mais importantes, que deveriam ocupar melhores posições estratégicas, e conhecer, simultaneamente, uma maior concentração populacional. Ora, a necessidade de alimentar uma mão-de-obra considerável, afecta à realização de trabalhos de interesse colectivo, como seria a reestruturação das muralhas e o reordenamento das áreas habitacionais, exigiria uma produção excedentária, que poderia ser garantida pelos pequenos povoados de vale, que realizariam então uma exploração mais extensa e intensa dos seus recursos.

A existência de estátuas antropomórficas, descobertas em povoados de certa importância, representativas de chefes guerreiros heroicizados²⁷, constitui a principal evidência arqueológica de uma sociedade bélica, talvez do tipo chegado. Todavia, a organização socio-política das comunidades desta região, mesmo nos finais do I.º milénio aC, é ainda estruturalmente desconhecida. É sobretudo a epigrafia romana que nos fornece indicações sobre a existência de *castella*, designação talvez equivalente à entidade arqueológica castro, que se integrariam em quadros mais amplos, os *populi*, que são referidos pelas fontes literárias²⁸.

10

O quadro da Romanização do NO é bastante heterogéneo. Embora a região do Minho tenha conhecido uma precoce pacificação, acompanhada por um aumento das trocas com o Sul da Península e com o Mediterrâneo²⁹, mais acentuadas nos finais do séc. I aC, só poderemos falar de Romanização efectiva a partir de meados do séc. I da nossa era. Só então se verifica a substituição da cerâmica indígena pela romana, assinalando uma profunda alteração dos hábitos de cozinha e mesa. Data igualmente desse período a utilização de tégulas e de ímbrices na cobertura das casas. Estas irão manter basicamente a planta tradicional, muito embora surjam então algumas estruturas rectangulares e quadrados.

No entanto, nem todos os povoados vão sobreviver a estas transformações, sendo de destacar que a Romanização comporta quadros regionais bastante diferenciados. Estes dependem da existência e proximidade de centros urbanos, da mineração e da maior ou menor receptividade dos próprios chefes indígenas à influência romana.

De qualquer modo, os povoados que conheceram um acentuado desenvolvimento na Fase III parecem sobreviver durante boa parte do Alto Império. A assinalável localização geo-estratégica de alguns deles, controlando também zonas de passagem, entre as principais bacias fluviais, por onde vão agora passar as principais vias romanas que cruzam a região, terá certamente constituído um importante motivo para a sua sobrevivência. Aparentemente terá interessado à administração romana a manutenção desses povoados, pois eles garantiam o controlo estratégico dos vales e vias. Mas, também podemos ver na sua persistência um sinal de reconhecimento por parte de Roma da importância política que algumas comunidades haviam atingido nos finais do 1.º milénio a.C. Os seus chefes seriam os melhores agentes da política imperial, como parece acontecer na região de Bracara Augusta. Ai, são precisamente algumas famílias de notáveis indígenas que actuarão como importantes agentes difusores da religião e hábitos romanos, bem como de novas formas de exploração económica³⁰. Elas ocupam lugares de destaque no culto oficial, constituindo, em Bracara Augusta, o essencial da burguesia urbana³¹.

São os povoados de menores dimensões que parecem ser generalizadamente abandonados ao longo do séc. I. Outros há que desaparecem apenas no séc. I, ou já mesmo no II. Alguns manter-se-ão ocupados durante todo o Alto e Baixo Império, revitalizando-se durante a Idade Média. Outros existem, que sendo abandonados nos sécs. II, ou III, serão reocupados pelos sécs. IV e V.

O fim dos povoados indígenas acusa, por conseguinte, evidentes desfazamentos e só pode ser convenientemente entendido em termos regionais, no âmbito de estudos que articulem o povoamento proto-histórico, a fundação das cidades, de *villae*, casais e outras formas de exploração económica, cuja cronologia é muito variável. No entanto, durante o Alto Império assistimos ainda a uma predominância do povoamento concentrado em povoados fortificados, que conservam consideráveis territórios de exploração, e, muito provavelmente a sua economia tradicional, de tipo agro/silvo/pastoril. Só no Baixo Império esta organização económica parece ter sido suplantada por um povoamento mais disperso, organizado essencialmente em função de explorações do tipo *villa*.

NOTAS

12

- 1 — A investigação dos castros inicia-se em Portugal com as escavações de M. Sarmiento em Briteiros e Sabroso, em Guimarães, (CARDOSO 1980; PEREIRA 1938-41). Posteriormente vários trabalhos de catalogação e de escavação, quer em Portugal, quer na Galiza, permitiram estimar o número destes povoados em largas centenas e definir as suas principais características. Sobre a história das pesquisas veja-se, em particular, M. Hock (1986) e A. C. Silva (1986), e M. Martins (1987).
- 2 — Em especial Estrabão, Apiano, Plínio, Diodoro, Floro e D. Cassio. Sobre a importância destas fontes veja-se J. Alarcão (1974) e A. Tranoy (1981). Estas fontes têm sido criticadas e confrontadas com as arqueológicas, o que permitiu rever algumas das ideias veiculadas pelos historiadores e geógrafos da antiguidade. Destacamos em particular os dados relativos à vida económica. A arqueologia tem revelado que estas comunidades possuíam uma economia mais diversificada do que aquela que era suposta a partir das fontes escritas (VAZQUEZ VARELA 1980, 197-204; 1983, 147-158; (VAZQUEZ VARELA e AIRA RODRIGUEZ 1986).
- 3 — Sobre os contributos da epigrafia para o estudo das comunidades castrejas, veja-se em particular A. Tranoy (1981) e A. C. Silva (1986).
- 4 — A datação desta Cultura foi estabelecida com base nos objectos metálicos e na ourivesaria, que registavam influências centro-europeias (BOSCH-GIMPERA 1921, 248-300; 1932; 1939; LOPEZ CUEVILLAS 1933, 99-107; 1953).
- 5 — Esta expressão foi criada por P. Bosch Gimpera (1921, 248-300).
- 6 — Entre os principais trabalhos de síntese sobre esta área cultural deverá referir-se os de F. Lopez Cuevillas (1953), J. Maluquer de Motes e Blas Teracena (1954, 1-299), A. Blanco Freijeiro (1959, 179-195), M. Cardoso (1962, 391-423) e A. Castroviejo (1977, 235-253).
- 7 — Veja-se em especial Perez Outeirino (1982) e A. C. Silva (1986).
- 8 — Do conjunto dos trabalhos mais recentes deverá salientar-se A. C. Silva (1986), M. Hock (1986), M. Martins (1987), C. A. B. Almeida (1987).
- 9 — Em especial a área mais meridional e ocidental, correspondente à província portuguesa do Minho, que regista particularidades na estatuária e na cerâmica (ALMEIDA 1974; 171-197; 1981, 111-116; SILVA 1986).
- 10 — Veja-se em particular J. Maluquer de Motes (1975, 269-284), C. A. F. Almeida (1983a, 70-74), A. C. Silva (1986) e M. Martins (1987).
- 11 — Sobre o Bronze Atlântico em geral veja-se particularmente os trabalhos de Mac White (1951), Philine Kalb (1980, 25-29), M. L. Ruiz Galvez-Priego (1984) e A. Coffyn (1985). Especificamente sobre o Bronze Final do Noroeste peninsular deverá consultar-se A. C. da Silva (1986), M. Martins (1987) e S. Oliveira Jorge (1988).

- 12 — Veja-se especialmente A. C. da Silva (1986).
- 13 — Sobre o assunto conferir o recente trabalho de A. C. da Silva (1986) e o de M. Martins (1985, 197-240; 1987).
- 14 — Veja-se em particular A. C. da Silva (1986).
- 15 — Ver a este propósito Schülle (1969) e M. L. Ruiz Galvez-Priego (1984).
- 16 — Um bom balanço da integração do NO no mundo romano e seus episódios pode ser obtido em R. Syme (1970, 83-107), A. Alarcão (1974) e A. Tranoy (1981).
- 17 — Em relação à Romanização do NO conferir nota 16 e ainda R. Centeno (1983), C. F. Almeida (1983b, 187-198), T. Soeiro (1984) e C. A. B. Almeida (1987).
- 18 — É o caso do pequeno povoado de S. Julião, em Vila Verde, na provincia portuguesa do Minho (MARTINS 1986; 197-240).
- 19 — Sobre este tipo de povoados veja-se, em particular, S. O. Jorge (1988).
- 20 — Sobre este assunto deverá conferir-se M. Martins (1987) e S. O. Jorge (1988).
- 21 — Sobre as características da cultura material dos povoados no Bronze Final veja-se A. C. da Silva (1987) e M. Martins (1988a).
- 22 — Conferir sobre o assunto S. O. Jorge (1988) e M. Martins (1988b).
- 23 — Veja-se sobre o assunto J. M. Hidalgo Cunarro (1984, 371-384) e A. C. da Silva (1986).
- 24 — As características deste período são as mais conhecidas e divulgadas na bibliografia arqueológica (ROMERO MASIA 1976; SILVA 1983-83, 121-129; 1986).
- 25 — Sobre este assunto ver em particular A. C. da Silva (1986).
- 26 — Sobre este tipo de povoados ver especialmente M. Martins (1986, 149-184; 1988b) e C. A. B. de Almeida (1987).
- 27 — Sobre a interpretação destas estátuas deverá confrontar-se A. Tranoy (1981), A. C. da Silva (MARTINS e SILVA 1984, 29-47) e J. de Alarcão (1986).
- 28 — Ver sobre o assunto, em particular, A. Tranoy (1981) e A. C. da Silva (1986).
- 29 — Ver a este propósito A. Tranoy (1981).
- 30 — Aparentemente demonstrado pela epigrafia (TRANOY 1980, 67-83; 1981; 1982, 125-137; 1983, 193-202; e LE ROUX 1974, 249-258).
- 31 — Conferir nota 22 e P. Le Roux (1982, 177-179).

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1974) — *Portugal Romano*, Lisboa.
 — (1986) — Arte do Bronze Final e da Idade do Ferro, *História da Arte em Portugal*, 1, Publicações Alfa, pp. 57-65.
- ACUNA CASTROVIEJO, F. (1977) — Panorama de la Cultura castrexa en el NO de la Península Ibérica, *BA*, 31, pp. 235-253.
- ALMEIDA, C. A. B. (1987) — *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*, Porto.

- ALMEIDA, C. A. F. (1974) — Cerâmica castreja, *RG*, 84 (1-4), pp. 171-197.
— (1981) — Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 111-116.
— (1983) — Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1960) — La cultura castrena, *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, 1959, pp. 179-195.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921) — Los celtas y la civilización celtica en la Península Ibérica, *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones*, Año 29, pp. 248-300.
— (1932) — *Etnología de la Península Ibérica*, Barcelona.
— (1939) — *Two celtic waves in Spain*, Proceedings of the British Academy, London.
- CARDOSO, M. (1962) — Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal, *XXVI CLEPC*, 2 (5), pp. 391-423.
— (1980) — *Citânia de Briteiros e castro de Sabroso*, Guimarães, 8ª ed.
- COFFYN, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Diffusion du Bocard, Paris.
- HIDALGO-CUNARRO, J. M. (1984) — El castro de Vigo y el comercio atlántico romano en el Noroeste Peninsular, *RG*, 94, pp. 371-384.
- HOCK, M. (1986) — *Sudien zur sogenannten castro-kultur in NordPortugal*, Marburg (tese de doutoramento polic).
- JORGE, S. O. (1988a) — *O povoado da Bouça do Frade (Baião), no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas, 2, GEAP, Porto.
— (1988b) — Reflexões sobre a Pré-História recente do Norte de Portugal, *Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Porto.
- KALB, P. - (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *MM*, 19, pp. 112-138
— (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania* 58, Frankfurt, pp. 25-59.
- LE ROUX, P. (1982) — Le monde urbaine et les indigènes: Les données du problème dans le Nord Ouest Hispanique, *Actes du Colloque de Aix-la-Provence*, 1980, Marseille, pp. 77-90.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1933) — A área xeografica da cultura norte dos castros, *HMS*, pp. 99-107.
— (1953) — *La civilización celtica en galicia*, Santiago de Compostela.
- MAC WHITE, E. (1951) — *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispanica en la Edad del Bronce*, Publicaciones del Seminario de História del Hombre, Madrid.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1975) — La cultura castrena de la Edad del Hierro, *IJMACH*, 1, pp. 269-284.
- MALUQUER DE MOTES, J. e B. Teracena (1954) — Pueblos de la España Céltica, *Historia de España*, 1, Menendez Pidal (dir.), Madrid, pp. 1-299.

- MARTINS, M. (1985) — A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia, *TAE*, 25 (2-4), Porto, pp. 197-240.
- (1986) — O povoado proto-histórico do Lago (Amares). Sistemas de defesa e fases de ocupação, *AP*, série IV, 4, pp. 149-184.
- (1987) — *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado* (Tese de doutoramento polic.).
- (1988a) — *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, 2, Braga.
- (1988b) — A arqueologia dos castros no Norte de Portugal: balanço e perspectivas de investigação, *Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Porto (no prelo).
- PEREIRA, F. A. (1938-41) — Páginas inéditas, *RG*, 8 (1-3), pp. 137-150; 48 (4), pp. 277-282; 49 (1-2), pp. 35-41; 49 (3-4), pp. 103-111; 51 (1-2), pp. 312-330.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976) — *El habitat castreño*, Santiago de Compostela.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. (1984) — *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*, Madrid (Tese de doutoramento polic.).
- SCHÜLE, W. (1969) — *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, MF, 3, Berlin.
- SILVA, A. C. (1983-84) — A cultura castreja no Noroeste de Portugal. Habitat e cronologias, *Portugália*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 121-129.
- (1986) — *A cultura castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- SYME, R. (1970) — The conquest of North-West Spain, *Legio VII Gemina*, Léon, pp. 83-107.
- TRANOY, A. (1980) — Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire romain, *SANP*, 3, pp. 67-83.
- (1981) — *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Bocard, Paris.
- (1982) — Agglomerations indigènes et villes augustéennes dans le Nord-Ouest Ibérique, *Actes du Colloque de Aix-la-Provence*, 1980, Marseille, pp. 125-137.
- (1983) — Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice Antique: le rôle des villes, *SAN*, pp. 193-202.
- TRANOY, A. e P. Le Roux (1974) — Rome et les indigènes dans le NO de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire, *MCV*, 9, pp. 177-231.

ABREVIATURAS

AP	= Arqueólogo Português, Lisboa
BA	= Bracara Augusta, Braga
CA	= Cadernos de Arqueologia, Braga
CLEPC	= Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências
HMS	= Homenagem a Martins sarmiento, Guimarães
JMACH	= Jornadas de Metodologia aplicada a las Ciências Históricas , Santiago de Compostela
MCV	= Melanges de la Casa Velasquez, Paris
MF	= Marider Forschungen, Frankfurt
MM	= Madrider Mitteilungen, Madrid
RG	= Revista de Guimarães, Guimarães
SAN	= Seminário de Arqueologia do Noroeste, Madrid (II)
SANP	= Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães (I)
TAE	= Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto

